

Libanização, não

Dívida externa

Uma aliança continental para o retratamento político da dívida externa da América Latina exige, antes, a existência de governos democráticos e pluralistas em cada nação do bloco. A observação é do presidente argentino, Raul Alfonsín, em entrevista para "O Globo", de domingo. Com o lembrete:

"Teria sido impossível a criação do Mercado Comum Europeu com Hitler e Mussolini..."

Mas não basta dar um banho de democracia no continente penhorado em dólar. Não menos importante, segundo Alfonsín, é remover, diplomaticamente, os pontos de atrito entre vizinhos: Argentina com Chile, Chile com Bolívia, Bolívia com Peru, Peru com Equador, Equador com Colômbia — sem contar o vasto "imbroglio" da América Central em pé de guerra.

Endividados a perder de vista, agressão externa maior, "somos países que deveriam marchar unidos, mas estamos gastando fortunas com o armamentismo", suspira Alfonsín.

O espírito de solidariedade entre os governos, a exemplo da compaixão entre os homens, acaba florescendo em tempo de grandes tragédias em comum — e a dívida externa não mais transportável da América Latina é uma tragédia colossal. Estamos ficando fisicamente mais pobres e politicamente mais fracos. Nos últimos quatro anos de insanidade universal, os endividados estão saqueados nos juros extorsivos da dívida e nos termos aviltados da troca.

Primeira manifestação de solidariedade continental, segundo Alfonsín: o empréstimo-ponte, tipo "vaquinha", que Brasil, Venezuela e Colômbia armaram em favor da Argentina. Uma comunhão de rotos em benefício do rasgado. Comentário do presidente argentino:

"Falando pelo telefone, nós, presidentes, chegamos a um acordo para o qual, antes, teria sido necessário fazer um Congresso".

Ao assumir o governo, eleito diretamente pelo povo, Raul Alfonsín instalou na chancelaria argentina uma Subsecretaria de Assuntos Latino-Americanos. Pois é por esse novo canal que Buenos Aires cuida de articular-se com os países "hermanos" para uma ação em bloco na renegociação da dívida exter-

na. A nota conjunta de 19 de maio (com cópia autenticada remetida ontem à Conferência dos Sete Grandes que se instala amanhã em Londres) é fruto do que Alfonsín chama de "diplomacia por telefone". Claro, expediente que só funciona em clima de cooperação aberta e franca. Ou nas palavras de Alfonsín:

"É difícil quatro pessoas chegarem a um acordo sobre a redação de um comunicado e é incrível que se tenha conseguido fazer com que quatro presidentes concordassem — e pelo telefone. Isso nos fortalece no momento de renegociarmos nossos compromissos".

No exame do impasse físico da dívida externa, Raul Alfonsín localiza dois pontos fundamentais:

1) A elevação unilateral, pelos bancos, das taxas de juros, ao tempo em que os governos credores reforçam as barreiras comerciais contra as exportações dos devedores.

2) A presença constrangedora da auditoria externa do FMI, com sua doutrina econômica anacrônica e deslocada, cobradora de políticas recessivas que não andam corrigindo coisa alguma, bem ao contrário...

Alfonsín fala da posição da Argentina diante das intervenções do FMI:

"Estamos querendo chegar a um acordo com o FMI, mas nossa discussão é arrastada porque não queremos adotar a receita recessiva. Queremos que o país volte a crescer e que se eleve o salário real para combater a inflação. Uma colocação atravessada que não tem registro na cartilha acadêmica do FMI.

Segunda-feira, em Filadélfia, na reunião anual dos banqueiros americanos, o diretor-geral do FMI, o francês Jacques de Larosière, elogiou os programas de ajustamento do México e os regimes de emagrecimento (e empobrecimento) do Brasil — mas não fez qualquer menção ao endurecimento da Argentina.

Ao arripio da teoria econômica, Alfonsín entende que a inflação argentina é feita e não causa da recessão dos últimos 10 anos. Para derrubar a taxa anual da plataforma sideral de 490% ao ano será preciso reativar a economia. E na reativação do mercado, o melhor atalho está na restauração do poder de compra a nível de

varejo, via elevação do salário real...

Essa proposta, tecnicamente, torce o nariz de qualquer economista e é ridicularizada por todos os empresários.

Onde já se viu uma reposição salarial acima dos índices de inflação, quando a danada ameaça projetar-se para além dos 600% ao ano?

Isolado pelo ceticismo dos próprios assessores econômicos, Raul Alfonsín lembra que a "estagflação", animal tão pouco pesquisado pelos zootecnistas da economia dos livros, é do gênero híbrido promíscuo, com reprodução autotélica.

Uma de suas manifestações mais espantosas: quando o consumo cai, o preço sobe, pois o agente econômico, imediatista em tempo de crise não vacila em recuperar no valor maior o que deixa de ganhar no volume menor.

Esse comportamento não está nos livros, mas está nos balcões. E não apenas nos balcões de Buenos Aires ou de Comodoro Rivadavia, também nos balcões de Porto Alegre ou de Vitória do Espírito Santo.

Na trilha da recessão patogênica, o continente caminha para um estado de "libanização mental", adverte o presidente Alfonsín:

"Argentinos ou latino-americanos, temos de evitar que nossas terras sejam o campo de batalha das superpotências. Eu chamo isto de "libanização". No Líbano, levantam-se muitas bandeiras, mas nenhuma para lutar pelo Líbano. Nós começamos a ser vítimas diretas dos conflitos das superpotências e achamos que empunhamos nossas próprias bandeiras, mas estamos enganados..."

Uma das bandeiras mais agitadas, a da segurança-desenvolvimento, segundo Alfonsín, não é nossa; produz deformações políticas, levanta fronteiras ideológicas, distorce objetivos econômicos e subverte prioridades sociais. Alfonsín exhibe uma bandeira verdadeiramente latino-americano: democracia-desenvolvimento.

O inimigo verdadeiro é a pobreza, que nos ataca por dentro, feito bicho de goiaba. Agora, aliado a um inimigo marciano que nos devora por fora, feito hiena do sahel: o serviço da dívida externa, que este ano vai empobrecer a América Latina de exatamente US\$ 32 bilhões — se a taxa de juros contentar-se com 12,5%.